



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ATA N.º 07/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, José Duarte Barbosa Cabecinha e Marco Paulo da Silva Teixeira.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Esta é a última sessão do presente ano e ocorre em véspera da data em que se comemora o Dia do Poder Local Democrático – 26 de novembro, que tem como objetivo demonstrar a importância das Autarquias no desenvolvimento da Região e do País. A capacidade empreendedora do Poder Local permitiu não só alicerçar o processo de construção e consolidação da democracia, mas também potenciar o desenvolvimento em cada um dos Municípios da nossa Região.

A riquíssima experiência e os resultados obtidos com o exercício do Poder Local – o Poder mais próximo dos cidadãos – foi possível modernizar e inovar, gerar dinâmicas de desenvolvimento e de parcerias pelo progresso ao nível municipal.

No entanto, atualmente, o Poder Local encontra-se sobre constantes ameaças. Por isso, a nossa missão é particularmente difícil. O Poder Local está confrontado com novos desafios e novas políticas, que exigem que tanto os Municípios, como o Governo Regional, sejam capazes de concertar objetivos e trabalhar em conjunto, para melhor servir as populações.

Assim, é necessário continuar a vencer os novos desafios, cumprindo com o que constitui ser dever desta Assembleia: representar os valores e interesses dos Lagoenses.

É, por isso, que aqui estamos com o maior entusiasmo e empenho, para desta forma, dignificarmos o exercício da nossa ação às causas públicas.

Congratulou a Câmara Municipal e a Senhora Presidente da Câmara Municipal que tem saído do seu Gabinete para ir visitar todas as Freguesias do Concelho, para verificar in loco o que se passa em cada freguesia e sentir cada vez mais as necessidades e quais os interesses da população. Um bem-haja e viva o Poder Local!

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e aplaudiu com uma vibrante salva de palmas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foram enviadas cópias das atas a todos os deputados municipais, que fosse dispensada a leitura das atas, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quarta sessão ordinária, do dia 23 de setembro de 2015 e a ata da sessão extraordinária, de 7 de outubro de 2015.

As atas foram aprovadas, por unanimidade, pelos vinte e seis membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 24 de setembro a 25 de novembro de 2015, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que pelo Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores foi presente o ofício n.º 4325, de 10 de novembro de 2015, remetendo o Voto de Pesar pelo falecimento de António Varão, aprovado por unanimidade, sob proposta do Partido Social Democrata, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 28 de outubro de 2015.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e questionou o que foi feito pela Câmara Municipal para reduzir o prazo médio de pagamentos a fornecedores para 11 dias, quando em dezembro de 2014, apresentava um prazo de 22 dias.

Acrescentou, que as boas situações, também, devem de ser explicadas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e sobre a questão colocada, informou que efetivamente o prazo médio de pagamentos a fornecedores reduziu porque as Câmaras Municipais estão sujeitas à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso que condiciona a determinadas regras o pagamento a fornecedores. Quem aplicar e cumprir a Lei vem por consequente reduzir esses prazos.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e felicitou também a Câmara Municipal e o seu Executivo pelo prazo médio de pagamentos a fornecedores de 11 dias. Referiu que foi uma boa notícia e demonstra o resultado de uma boa gestão municipal que se tem vindo a aplicar.

Realçou ainda, alguns pontos referidos na informação sobre a atividade Camarária, nomeadamente, o resultado alcançado pelo Município da Lagoa, no Índice de Transparência Municipal (ITM), que foi um indicador bastante positivo, para além de outras atividades que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver. Felicitou, igualmente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal pela decisão de estar mais próxima da comunidade, através das visitas que tem vindo a efetuar a todas as freguesias do Concelho, rua a rua, acompanhada de uma equipa operacional e técnica.

Por último, referiu que existe também um indicador que lhe parece relevante destacar, relacionado com o aumento significativo das licenças de construção, no ano de 2015, comparado com os dois anos anteriores. Em 2013 e 2014 o valor foi idêntico, havendo em 2015 um aumento, que se traduz nalguma confiança por parte dos privados e das empresas, num ambiente complexo que ainda se vive, a nível económico.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO DE ILHA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/A, de 14 de abril que procedeu à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, que estabelece o regime jurídico do conselho de ilha. Refere a alínea b) do número 1 do artigo 2.º do referido Decreto Legislativo Regional que o conselho de ilha é composto por quatro membros eleitos por cada assembleia municipal.

Assim, foi presente novamente o processo para designação de quatro membros da Assembleia Municipal, para integrar o Conselho de Ilha de São Miguel.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, questionou quais as diferenças em relação ao que já existia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que o Decreto Legislativo Regional foi alterado e inclui novas alíneas na composição do Conselho de Ilha, nomeadamente, três Presidentes de Junta de Freguesia, a serem eleitos de entre todos os Presidentes de Junta da respetiva Ilha, segundo o método da média mais alta de Hondt.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Designar os seguintes membros, para integrar o Conselho de Ilha:

- Hermano José Tavares de Medeiros Rego
- Olga Maria Rodrigues Borges Soares
- Eduíno Manuel da Ponte Rego
- Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016:

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2016.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 10.250.000,00 € (dez milhões duzentos e cinquenta mil euros), sendo 8.874.097,00 € (oito milhões oitocentos setenta e quatro mil noventa e sete euros) de receitas correntes e 1.375.903,00 € (um milhão trezentos setenta e cinco mil novecentos e três euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 6.990.859,00 € (seis milhões novecentos noventa mil oitocentos cinquenta e nove euros) de despesas correntes e 3.259.141,00 € (três milhões duzentos cinquenta e nove mil cento quarenta e um euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 3.136.041,00 € (três milhões cento trinta e seis mil quarenta e um euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 310.400,00 € (trezentos e dez mil e quatrocentos euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 3.446.441,00 € (três milhões quatrocentos quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e um euros).

A Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que, em sua opinião, este orçamento é semelhante ao do ano anterior. Existem algumas rubricas com o valor de 1,00 €. Em todos os capítulos existe a rubrica “Outros” e perguntou porque não se descreve efetivamente o que consta naquelas rubricas.

Solicitou esclarecimentos em relação ao documento apresentado de Responsabilidades Contingentes.

Questionou ainda se a Câmara Municipal vai arranjar mais 30 % de receitas, em multas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que em relação ao orçamento ser semelhante ao do ano passado é a opinião da Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, mas não é a opinião da Câmara Municipal, pois foram reduzidos 2.050.000,00 €, em relação ao orçamento apresentado para 2015 e naturalmente que isso por si só faz o orçamento ser muito diferente.

Sobre algumas rubricas com o valor de 1,00 €, informou que foi para as manter, senão mais tarde será necessário fazer uma revisão orçamental.

As rubricas com a designação “Outros” fazem parte do próprio Classificador Económico das Receitas e de Despesas das Autarquias Locais. Englobam receitas ou despesas que não estão especificadas nas outras rubricas.

No documento apresentado de Responsabilidades Contingentes, a Câmara Municipal é quem tem a responsabilidade.

Relativamente ao aumento das receitas em multas, a sua previsão foi calculada de acordo com as regras previsionais que devemos obedecer na elaboração do orçamento, que resulta da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que existem rubricas “Outros” com valores muitas vezes superiores a outras rubricas com a sua respetiva designação, nomeadamente, material de transportes “Outros”.

Mais referiu que, em sua opinião, o orçamento devia de ser discutido numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal. É um documento de grande importância para a Câmara Municipal e para o Município e não pode estar incluído numa agenda de trabalho que inclui catorze assuntos.

Expôs que o ano passado foi feito um acordo sobre o orçamento, com o anterior Presidente da Câmara Municipal que não foi respeitado. Fizeram o acordo no sentido de serem feitas algumas iniciativas no Concelho, algumas foram cumpridas mas a maior parte não foi cumprido.

Numa altura, em que se fala muito em acordos, ficou desagradado porque da sua parte cumpriram o acordo mas a Câmara Municipal de Lagoa não cumpriu. Atendendo que não tem muita disponibilidade e muito mais tempo e pela experiência do ano passado, não vai votar a favor deste orçamento. Mas dentro da disponibilidade que teve, parece-lhe que a Câmara Municipal vai enveredar pelo Orçamento Participativo, pois existe uma verba no valor de 25.000,00 €. Questionou se a Câmara Municipal vai fazer o Orçamento Participativo para o Concelho ou se por freguesias.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou que no orçamento da despesa de capital há rubricas "Outros" que estão todas discriminadas no Plano Plurianual de Investimentos. Exemplificou que no orçamento da despesa corrente existe a rubrica Famílias "Outros" que inclui os diversos programas de emprego, nomeadamente, Estagiar T, estagiar L, entre outros. Se desagregarmos, não sabemos quantas pessoas serão colocadas em cada programa, o que obrigaria depois a fazer várias alterações orçamentais consoante as necessidades.

Sobre o Orçamento Participativo informou que trata-se do Orçamento Participativo Jovem que será feito no âmbito da instalação do Conselho Municipal de Juventude que já tem regulamento aprovado mas nunca reuniu até à data. No início do ano de 2016, irá proceder-se à sua instalação e no âmbito deste Conselho Municipal de Juventude serão definidos o modelo deste Orçamento Participativo Jovem. O mesmo não se destina à realização de obras mas a realizar atividades que se destinarão aos jovens. No primeiro ano terá um carácter experimental e depois com o tempo se afirmará.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que não lê que era Jovem. Se for uma iniciativa no sentido de envolver os Jovens, está cem por cento de acordo.

Na sua opinião, sem descrever ou detalhar poderia criar uma rubrica designada "Programas de Emprego" porque de facto são uma mais-valia para a Câmara Municipal e têm conhecimento que há vários Programas de Emprego.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que a Assembleia Municipal é convocada, com uma antecedência mínima de oito dias, de acordo com a Lei e foi cumprido o estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição, foram enviados previamente os documentos referentes à anteproposta do Plano e Orçamento, para 2016, para direito de consulta prévia.

Por parte do Senhor Vereador da Oposição na Câmara Municipal foram solicitados esclarecimentos e a Câmara Municipal facultou-lhe todos os elementos solicitados. Acrescentou ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal que este ano foram disponibilizados

documentos e mapas que antes nunca tinham sido disponibilizados para análise. Se nos tivesse solicitado algum pedido de esclarecimento, também teríamos tido a oportunidade de alterar ou justificar ou de entregar documentos extraordinários que necessitasse para se munir das informações necessárias para avaliar o orçamento. Não recebemos qualquer contato por parte da Assembleia Municipal. Os restantes assuntos da agenda de trabalho são repetidos, anualmente, nesta sessão de novembro da Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, apresentou a seguinte proposta, que no próximo ano, se faça uma reunião extraordinária só para análise do orçamento. Em sua opinião, o orçamento é um documento muito importante que devia de ser discutido com muito mais atenção e que as pessoas estejam muito mais envolvidas.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que relativamente à rubrica "Outros" vão verificar a possibilidade de desagregar. Informou que têm tido a preocupação de ir sendo cada vez mais claros na discriminação do orçamento. Sobre a reunião extraordinária, a legislação veta essa ideia porque está estabelecido na Lei que a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte, ocorre numa sessão ordinária de novembro da Assembleia Municipal e sendo documento obrigatório não há razões que justifique uma sessão extraordinária, o que poderia remeter até para a ideia de falha dos Serviços.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, questionou em relação ao acordo celebrado o ano passado e das obras acordadas no Plano e Orçamento.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que essas obras não foram executadas pelo facto que estiveram na expectativa da apresentação das candidaturas aos fundos comunitários, para poder realizar aqueles investimentos. Não foram publicadas a regulamentação que permitia essas candidaturas. Neste momento, já estão disponíveis alguns eixos, para efetivar as candidaturas e ficaram a saber que têm que criar alguns planos que já estão a desenvolver, para fundamentar essas candidaturas. Não havia condições para as executar porque era um investimento para ser realizado no âmbito dos fundos comunitários e que sem a abertura de candidaturas não foi possível.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara que no Orçamento para o próximo ano estas obras estão incluídas e serão promovidas as candidaturas aos Fundos Comunitários, face à regulamentação já disponível.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que em relação às candidaturas dos fundos comunitários esse assunto foi discutido no Conselho de Ilha e alguns Presidentes de Câmaras Municipais apresentaram uma proposta no Conselho de Ilha para diligenciar perante o Governo para que alterasse essa legislação porque são para privados e não para Entidades Públicas, daí alguns atrasos em relação a alguns projetos dos Municípios.

O Deputado Municipal Tiago Almeida, no uso da palavra, referiu que enquanto membro mais jovem desta Assembleia Municipal quer felicitar este Executivo Camarário na pessoa da sua Presidente pela introdução no orçamento para o ano de 2016 de dois vetores extremamente importantes para os jovens: As smart cities e o Orçamento Participativo Jovem. Felicitou e reiterou que pela primeira vez é dada a oportunidade dos jovens debaterem, identificarem e atribuírem prioridades a projetos de superior interesse para o Concelho.

Está certo que esta aposta da Câmara Municipal de Lagoa irá contribuir para a implementação efetiva dos valores da democracia participativa constante no 2.º artigo da Constituição da República Portuguesa. Está certo que irá contribuir para promover a responsabilidade individual e coletiva na construção da sociedade, motivando os jovens para uma cidadania participativa inspirada nos valores da República, Autonomia e Democracia.

Este Orçamento Participativo Jovem, irá com certeza incentivar a colaboração dos jovens num modelo de governação mais próximo e dinâmico, promovendo uma visão do indivíduo e da sociedade para além da sua participação cívica no ato de votar para eleger o poder executivo.

Em suma, a implementação desta política irá envolver os jovens na tomada de decisão acerca dos investimentos municipais, promovendo uma gestão participativa e informada nos termos dos princípios e compromissos organizacionais do Município da Lagoa, relacionados com a aproximação da administração aos cidadãos, em particular dos mais jovens.

É uma clara prova que este Executivo aposta cada vez mais em democratizar a democracia.

No que diz respeito às smart cities, reiterou e felicitou que este é um projeto inovador que coloca o Concelho da Lagoa como o primeiro dos Açores e provavelmente um dos primeiros do País a desenvolver este conceito, rentabilizando assim o recente inaugurado NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, trazendo com certeza para o Concelho o desenvolvimento tecnológico aliado com o aumento da empregabilidade jovem.

A Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, no uso da palavra, questionou onde irá ser efetuado o Centro de Interpretação da Cerâmica e solicitou informação sobre a aquisição de imóveis na Rua dos Ferreiros, em Água de Pau.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o Centro de Interpretação da Cerâmica será efetuado no Convento dos Franciscanos. Está no mapeamento do Governo Regional dos Açores para ser possível candidatar a Fundos Comunitários, também estavam dependentes desse projeto ser previsto no mapeamento do Governo.

Sobre os imóveis na Rua dos Ferreiros são habitações que transitaram da Empresa Municipal, são moradias que foram adquiridas pela Empresa Municipal, não se trata de aquisição de novas moradias.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que relativamente ao ano passado foi feito um acordo verbal mas não com fundos comunitários. Nos projetos, no próprio ano, havia dotações orçamentais que acharam que eram suficientes para concretizar aquilo que pretendiam.

- Polivalente de Santa Cruz que vai ser inaugurado em breve;
- Polidesportivo de Santa Cruz, com aquela importância ficaria muito melhor do que está hoje;
- Terreno da Lagoa de Baixo, pelo menos, cortar as canas que invadem aqueles terrenos. Era isso que queria, de facto não fizeram nada.

Tinham uma ambição de começarem a preparar aquela zona da Lagoa de Baixo, para criar uma Zona Turística e depois a Câmara Municipal havia de se candidatar a fundos comunitários mas com 90.000,00 €, não fizeram rigorosamente nada. A Câmara Municipal acordou com o PSD fazer uma obra, tinha 90.000,00 € e não fez nada. Não se sente satisfeito com isso, porque acha que entrou neste processo de boa-fé e saiu defraudado.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que sobre o Polivalente de Santa Cruz, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz poderá dizer como aquela obra foi realizada. Efetivamente afirmar que não foi feito nada em Santa Cruz, só a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia poderão espelhar qual foi o nosso compromisso e nosso envolvimento para que aquela obra efetivamente seja inaugurada brevemente.

A Freguesia de Santa Cruz só vai ter mesmo o Edifício inaugurado em dezembro porque a Câmara Municipal dotou a rubrica de um grande reforço e sem este apoio seguramente o Edifício continuaria por concluir, até à data. Mas o seu partido com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, a seu tempo, haverão de esclarecer e serem apresentadas as contas, relativamente ao investimento que a Câmara Municipal realizou no local.

Sobre o Polidesportivo de Santa Cruz o compromisso foi uma candidatura ao PRORURAL. Os fundos terminaram, estava previsto abrir novas candidaturas em novembro e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz tem conhecimento. Já foi entregue cópia do projeto para análise na Assembleia de Freguesia de Santa Cruz. A requalificação do Polidesportivo de Santa Cruz será alvo de uma candidatura ao PRORURAL, logo que as candidaturas estejam abertas e há esse compromisso assumido já como Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz.

Relativamente à zona da Lagoa de Baixo, houve uma reunião com a participação de várias pessoas da Freguesia de Santa Cruz para darem uma opinião sobre o que deve de ser feito naqueles terrenos e qual o projeto que interessa para a Freguesia e o contributo de todos foi entregue a um Gabinete Técnico para realizar um projeto de acordo com os Planos Municipais de Ordenamento do Território. Esse Gabinete ainda não entregou o documento. Acrescentou ainda que a questão das canas no terreno não afetam o terreno, nem retiram valor à zona.

Quando a Câmara Municipal receber o estudo reunirá com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, para parecer da mesma.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que retifica o que disse em relação ao Polivalente de Santa Cruz desconhece o que a Câmara Municipal fez mas referiu que vai ser inaugurado pois já recebeu o convite.

Em relação ao Polidesportivo, a Câmara Municipal não cumpriu porque o que foi aprovado não foi fazer candidatura nenhuma, foi uma verba de 50.000,00 € para investir no Polivalente. Sobre a Lagoa de Baixo foram aprovados 90.000,00 € e já existe muitos projetos na Câmara Municipal para aquele local. Em sua opinião, aquela zona tem um grande potencial para o Concelho de Lagoa. Faz parte dos Órgãos deste Município há mais de quinze anos e sempre ouviu falar daquela zona e continua sempre igual.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que nunca teve conhecimento que a requalificação do Polidesportivo de Santa Cruz seria feita com dotações próprias, no entanto mesmo que assim tivesse sido, face ao apoio ao Edifício Polivalente de Santa Cruz havia que fazer uma opção e essa foi feita.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que a Senhora Presidente da Câmara Municipal está mal informada ou quem lhe informou, informou-lhe mal, porque os acordos são para serem cumpridos.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que repôs a verdade que conhece.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, referiu que gostaria de dar o seu ponto de vista relativamente ao Orçamento Participativo Jovem. Expôs que realmente 25.000,00 € não é um valor muito alto, mas é um ponto de partida que pode até, mais tarde, evoluir. Deixou um desafio à Câmara Municipal que dotasse nos próximos anos, Orçamentos Participativos Setoriais e não por Território. Deixou o desafio para que nos próximos anos, pensarem em outros setores que possam também ser abrangidos.

Questionou se os 90.000,00 € era a parte de capitais próprios num eventual projeto para aquele investimento ou era a totalidade do investimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que aquele investimento só pode ser efetuado com apoio de fundos comunitários. Os 90.000,00 € destinavam-se ao início do projeto e execução das infraestruturas.

O Deputado Municipal André Almeida, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e expôs que no âmbito de desportos náuticos já se deparou com situações, devido a intempéries, naquela zona da Lagoa de Baixo, que existe um erro de construção muito grave. A quota da Avenida do Mar está muito baixa e quando há ondulação forte e fora do normal, o mar galga

para aqueles terrenos. No futuro, quando houver uma intervenção aquela situação tem de ser corrigida e só com apoio de fundos comunitários. Acrescentou que, em sua opinião, também não convém projetar nada para aquela zona, quando aqueles terrenos não garantem segurança. Desejou que no futuro, o projeto seja feito de modo a remediar o mal que está feito, tentar tirar proveito daquela baía e rentabilizar a costa da Lagoa. Temos uma boa costa, as atividades náuticas estão a ser altamente promovidas com provas de caráter internacional e a cidade da Ribeira Grande é que esta a tirar proveito. Quando não há ondas no norte há no sul e na Lagoa de Baixo há boas ondas mas tem que se fazer um aproveitamento quando houver areia, retenção de areia para criar uma boa praia.

A Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Adriana Rebelo, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que gostaria de esclarecer nesta sessão da Assembleia Municipal que o Polivalente de Santa Cruz só vai ser inaugurado porque a Câmara Municipal de Lagoa, de facto, fez um grande esforço para com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, para que fosse possível concluir a obra que é de extrema importância para a Freguesia de Santa Cruz e para as coletividades daquela Freguesia. De facto o que foi inscrito no orçamento para aquela obra foi em muito ultrapassado.

Relativamente ao Polidesportivo informou que já foi entregue cópia do projeto que será apresentado na sessão da Assembleia de Freguesia e espera que em breve o povo da Freguesia de Santa Cruz tenha um Polidesportivo em condições porque é a única Freguesia do Concelho em que não houve ainda intervenção no seu Polidesportivo. Da parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal tem havido uma boa comunicação e tem a certeza que em breve essa situação será resolvida.

Sobre a Lagoa de Baixo é de opinião e de todos aqui presentes que essa situação se resolva, é de lamentar que ainda não tivesse sido resolvida. Acrescentou que este projeto não é só da Freguesia de Santa Cruz mas da Cidade de Lagoa. Não concorda que esse valor seja inscrito com sendo para a Freguesia de Santa Cruz porque vai beneficiar toda a Cidade de Lagoa. Espera que muito breve e se todos reunirem esforços, se comece a ver uma luz no túnel.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que o PSD está a referir-se só à Freguesia de Santa Cruz mas expôs que no orçamento de 2015, havia muitas obras inscritas para a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário que não foram iniciadas, aguardam também apoio de fundos comunitários. Quando não há dinheiro todos sofrem.

Sobre o orçamento de 2016, questionou se a Câmara Municipal teve em consideração a quebra na receita, relativamente à redução de IMI para famílias, com filhos, que foi aprovada em sessão desta Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal teve em consideração a redução na receita, face à proposta aprovada em sessão de Assembleia Municipal, referente à redução de IMI para famílias, com 1, 2 e 3 ou mais dependentes, segundo informações da Autoridade Tributária.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu todas as intervenções.

Congratulou a Câmara Municipal, que apesar de todas as dificuldades financeiras a que o Poder Local está, ainda, sujeito, o Município da Lagoa continua a criar estímulos para ajudar as famílias, as empresas e as instituições, tal como tivemos a oportunidade de verificar no Plano e Orçamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, três votos contra dos Deputados Municipais: Hermano Rego, Rui Meneses e Sónia Câmara e três abstenções dos Deputados Municipais: Helena Rodrigues Furtado, Paulo Reis e Jorge Rego França, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar o Orçamento para 2016 no montante de 10.250.000,00 € (dez milhões duzentos e cinquenta mil euros), bem como as Grandes Opções do Plano para 2016, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2016, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, questionou quais são as alterações, em relação ao Mapa de Pessoal anterior.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que não existem alterações ao Mapa de Pessoal, o mesmo reflete a atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais. De acordo com a legislação em vigor, os serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal, entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, um voto contra do Deputado Municipal Hermano Rego e uma abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2016, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DE 350.000,00 €:

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de autorização para contrair, em 2016, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, no montante de 350.000,00 € conforme a consulta feita à banca, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2016.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que foi presente o processo para autorização da contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, no valor de 350.000,00 €, com o prazo de amortização de um ano, para o ano de 2016. Foi feita a consulta junto de Instituições Bancárias, tendo o Banco Santander Totta, apresentado a proposta mais vantajosa para o Município, com a taxa de juro Euribor a 6 meses acrescida do spread de 1 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Autorizar a contratação deste financiamento junto do Banco Santander Totta, que apresentou a proposta mais vantajosa para o município, conforme a análise efetuada, no montante de 350.000,00 € com a taxa de juro Euribor a 6 meses acrescida do spread 1 % e isenta de quaisquer comissões, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação);

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, proponho o seguinte:

1.º Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2.º Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na

autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

3.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

4.º Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

5.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, conforme informação acima descrita;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2016.

Esta despesa de representação, concretamente no valor de 194,79 €, valor sobre o qual se aplica ainda a redução remuneratória regulada pela Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria n.º 1153-C/2008, de 31 de dezembro.”

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre o assunto.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que de acordo com a legislação em vigor, aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, podem ser abonadas despesas de representação, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central. A atribuição de despesas de representação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e a abstenção do Deputado Municipal André Almeida, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta apresentada de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – ALTERAÇÃO DO N.º 10 DO ARTIGO 6.º REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de prorrogação do regime de exceção, previsto no n.º 10 do Artigo 6.º Ocupações diversas, do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, durante o ano de 2016:

“ARTIGO 6.º

Ocupações diversas

...

10. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2016, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação

de esplanadas, com mesas e cadeiras, previstas no ponto 2 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a alteração do n.º 10 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – ALTERAÇÃO DO N.º 11 DO ARTIGO 6.º REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de prorrogação do regime de exceção, previsto no n.º 11 do Artigo 6.º Ocupações diversas, do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, durante o ano de 2016:

“ARTIGO 6.º

Ocupações diversas

...

11. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2016, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas, previsto no ponto 8 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a alteração do n.º 11 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

“Considerando que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 29 de novembro de 2011, aprovou a alteração ao REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICIPIO DE LAGOA - AÇORES, permitindo um regime excecional para os anos de 2012 e 2013 e posteriormente para os anos de 2014 e 2015, de uma redução direta no valor total das taxas, concretamente as TE (taxa de emissão), TMU (taxa pela realização,

manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas) e TC (taxa de compensação) previstas no Capítulo VII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores);

Atendendo à recessão económico-financeira que o País atravessa e que não se prevê uma evolução favorável para o ano de 2016;

Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa continua empenhada em criar condições para a fixação de pessoas e empresas no Concelho, na promoção da economia local e na criação de emprego, propõe-se a prorrogação do regime de exceção durante o ano de 2016.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA – COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO CARTÃO DO IDOSO – ARTIGO 9.º - BENEFÍCIOS DO CARTÃO DO IDOSO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de comparticipação na aquisição de medicamentos no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso;

Considerando que em 2016 prevê-se que seja mais um ano de grandes constrangimentos socioeconómicos para muitas famílias, com maior impacto junto dos mais carenciados e mais idosos;

Neste sentido, proponho que, ao nível do apoio para a aquisição de medicamentos, a Câmara Municipal aprove que se mantenha os atuais 15,00 € (quinze euros) de comparticipação mensal, no decurso de 2016.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 12 – 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta da 3.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2015, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 1.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que esta 3.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano derivou dos projetos que estavam previstos serem candidatados a Fundos Comunitários mas por motivo de regulamentação do acesso às candidaturas não se concretizaram no presente ano, como já referiu anteriormente. Mais informou que se tratou também de uma regularização face às normas aplicáveis para a elaboração do orçamento, conforme alertado no Relatório Final da Inspeção Ordinária ao Município de Lagoa, pela Inspeção Regional da Administração Pública.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, questionou qual a taxa de execução previsível, para o ano de 2015.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que conforme informação apresentada, da situação financeira do Município, a taxa de execução do total das receitas é de 67,20 % e do total das despesas é de 63,50 %, sem incluir esta Revisão Orçamental. As taxas de execução irão aumentar quando se aprovar esta Revisão Orçamental.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de 1.831.726,00 € (um milhão oitocentos trinta e um mil setecentos vinte e seis euros) na receita total e 1.831.726,00 € (um milhão oitocentos trinta e um mil setecentos vinte e seis euros) na despesa total, sendo 144.395,00 € (cento quarenta e quatro mil trezentos noventa e cinco euros) de despesas correntes e 1.687.331,00 € (um milhão seiscentos oitenta e sete mil trezentos e trinta e um euros) de despesas de capital, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 13 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CATL – LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento do CATL de Lagoa, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 2, acompanhada do respetivo regulamento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que as alterações destes Regulamentos quer do CATL de Lagoa quer do CATL do CEFAL, surgem da necessidade de melhorar a redação destes Regulamentos face à atual atividade e funcionamento do CATL, bem como definir e esclarecer determinados requisitos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** Aprovar a alteração do Regulamento do CATL de Lagoa, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 14 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CATL DO CEFAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento do CATL do CEFAL, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 3, acompanhada do respetivo regulamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** Aprovar a alteração do Regulamento do CATL do CEFAL, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 15 – OUTROS ASSUNTOS:

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, expôs que em relação a um assunto que já foi deliberado, relativo à designação de membros da Assembleia Municipal para o Conselho de Ilha, foi referido que fazem parte do Conselho de Ilha quatro membros eleitos por cada Assembleia Municipal e três Presidentes de Junta de Freguesia da respetiva Ilha. Mais referiu que não sabe se esta Assembleia Municipal tem capacidade para eleger um Presidente de Junta de Freguesia, mas, em sua opinião, cada Concelho deve eleger um representante de uma Junta de Freguesia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que na reunião do Conselho de Ilha não foi definido como será feita a eleição dos Presidentes de Junta de Freguesia. O Decreto Legislativo Regional refere que os três Presidentes de Junta de Freguesia serão eleitos de entre todos os Presidentes de Junta da respetiva Ilha, segundo o método da média mais alta de Hondt.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, referiu que esteve no Conselho de Ilha durante dois anos e julga que a Câmara Municipal de Lagoa tem um défice de presenças naquele Conselho. A Senhora Presidente da Câmara Municipal não compareceu nas reuniões do Conselho de Ilha e isso é muito importante, quando se trata de podermos reivindicar alguma coisa para o nosso Concelho.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que não compareceu porque coincidiu com um outro compromisso de agenda que era inadiável.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, referiu que já no tempo do anterior Presidente da Câmara Municipal também ele não comparecia às reuniões do Conselho de Ilha.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que participou em reuniões do Conselho de Ilha, em representação do seu antecessor, na qualidade de Vice-Presidente.

O Deputado Municipal Hermano Rego, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e confirmou a presença da Dra. Cristina Calisto Decq Mota, na qualidade de Vice-Presidente, nas reuniões do Conselho de Ilha.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, referiu que na última reunião do Conselho de Ilha foi presente a proposta do Plano Anual Regional para 2016 e dos representantes do Concelho de Lagoa foi o único que interveio. Se a Senhora Presidente da Câmara Municipal tivesse participado naquela reunião, talvez tivesse imposto mais respeito. A proposta apresentada do Plano Anual Regional para 2016, no que diz respeito ao Concelho de Lagoa, foi uma vergonha. Apenas contempla a Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa, no valor de 50.000,00 € e a Construção da Creche de Água de Pau com 300.000,00 €.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, esclareceu que o valor de 300.000,00 €, para a Construção da Creche de Água de Pau, refere-se apenas ao montante correspondente ao ano de 2016, porque o montante global da Creche de Água de Pau será superior a um milhão de euros.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que está a ser discutido esta semana, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Plano e o Orçamento da

Região Autónoma dos Açores, para o ano 2016 e, em sua opinião, a Assembleia Municipal de Lagoa poderia manifestar-se contra a previsão naqueles documentos, no que diz respeito ao Concelho de Lagoa. Pois o valor de 50.000,00 € para a Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa, é um valor muito baixo, mas fica satisfeito com a dotação de 300.000,00 € para a Construção da Creche de Água de Pau, pois é um começo, para criar dinamismo em Água de Pau.

O Deputado Municipal Rui Meneses propôs aguardar os resultados da votação da aprovação do Plano e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano 2016, e depois a Assembleia Municipal poderia tomar uma posição pública de desagrado, em relação à falta de dotações no Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano 2016, para o Concelho de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria, uma vez mais, de agradecer a presença de todos e desejar a todos um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, repleto de muita saúde e paz.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, desejou a todos os presentes nesta sessão da Assembleia Municipal um Feliz Natal e Próspero 2016. Informou que no próximo dia 23 de dezembro, decorrerá o Almoço de Natal, promovido pela Associação Cultural dos Funcionários da Câmara Municipal de Lagoa – Açores e convidou todos os presentes a participar no referido Almoço de Natal.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e dezasseis minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
